



OCUPAÇÃO IRREGULAR E NARRATIVAS: AS REMOÇÕES COMO APAGAMENTO DA EXPERIÊNCIA¹

Eliane Alves da Silva²

Resumo: O artigo discute as remoções urbanas, ou reassentamentos, por meio do conceito de “experiência”, tal como proposto pelo filósofo Walter Benjamin. Por meio de entrevistas e observação etnográfica, analiso trajetórias habitacionais e narrativas de moradores de assentamentos irregulares estabelecidos em três diferentes localidades: duas no município de São Paulo (SP) e uma em Altamira (Pará). Abordo o ato da “ocupação irregular” como um processo de constituição de “experiências” tornadas invisíveis pela narrativa oficial da gestão urbana e apresento as remoções como evento de interrupção das experiências ancoradas nos territórios de moradia.

Palavras-chave: Remoções. Narrativas. Experiência. Walter Benjamin. Território.

Illegal settlements and narratives: forced removals as elimination of experience

Abstract: *The article discusses urban evictions, or resettlements, using Walter Benjamin’s concept of experience”. Through interviews and ethnographic observation, I analyze the housing trajectories and narratives of residents of illegal*

¹ Parte das pesquisas relatadas neste texto contou com financiamento do CNPq.

² Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo – Brasil; Afro-Latin American Research Institute (ALARI/Harvard) – Cambridge – EUA – eliane.alves@ufabc.edu.br

settlements located in three different places: two in the city of São Paulo (SP) and one in Altamira (PA). I argue that “illegal occupation” should be considered as a creation process of “experience” presented as invisible by the official narrative of urban management. In conclusion, I present forced removals as an interruption event of experiences anchored in housing territories.

Keywords: *Forced removals. Narratives. Experience. Walter Benjamin. Territory.*

“Aquilo que alguém viveu é, no melhor dos casos, comparável à bela figura à qual, em transporte, foram quebrados todos os membros, e que agora nada mais oferece a não ser o bloco precioso a partir do qual ele tem de esculpir a imagem de seu futuro” (Benjamin, 1995: 41).

INTRODUÇÃO³

Este artigo problematiza as remoções urbanas, ou reassentamentos, levando em conta uma abordagem que sugere pensar o ato da “ocupação irregular” como um processo de constituição de experiência em sentido benjaminiano (Benjamin, 1987a; 1987b) e, em contraste, as remoções como interrupção ou quebra das experiências ancoradas nos territórios de moradia. Para isso recuperei três eventos que acompanhei junto às populações removidas, cujos acontecimentos, em ordem cronológica, são os seguintes: 1) processo de reintegração de posse realizado por ator privado em bairro periférico do extremo leste da cidade de São Paulo (Jardim São Carlos), ocorrido no ano de 2000; 2) processo de remoção realizado pelo poder público municipal em bairro periférico do extremo sul da capital paulista (Jardim Gaivotas), em 2007; 3) processo de reassentamento de populações ribeirinhas no município de Altamira (Pará), em razão da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em 2014.

O elo entre os três eventos, separados no tempo e no espaço, reside no conceito de *experiência*, segundo o qual se lê e se interpreta o estabelecimento de segmentos marginalizados da população em territórios determinados e a consecução ou construção de suas casas. Ao mesmo tempo, o conceito permite compreender os sentidos desagregadores dos processos de reassentamento ou remoção que, ao incidirem sobre as casas, destroem ou desqualificam os processos (antes) significativos com que foram construídas.

3 Esse texto deve muito ao diálogo instigante e motivador com a amiga benjaminiana Alessandra Teixeira (PCHS/UFABC), que ensina que “narrar é resistir”.

Nesse sentido, combinando atores e sujeitos diversos (públicos e/ou privados) os três eventos revelam modulações de uma mesma experiência: aquela vivida por parte das populações de baixa renda na luta cotidiana pelo direito à cidade. Se os dois primeiros casos passados no município de São Paulo se aproximam pelo contexto territorial comum de referência, narrar os eventos de Altamira, no Pará, permite apreender o caráter transversal dessas experiências e evidenciar as diferentes formas pelas quais podem se expressar em contextos distintos.

Colhi as experiências narradas por meio de trabalho de campo, entrevistas e observação etnográfica. Vale salientar que a relação estabelecida pela autora nos três casos se deu de formas diversas. O contato com as populações e experiências de São Paulo se tornou mais duradouro, constituindo parte de pesquisas de mestrado e doutorado, com anos de imersão nos territórios estudados (Telles e Cabanes, 2006; Silva, 2011; Teixeira e Silva, 2016). Em Altamira, a intensidade do contato se deu menos pelo tempo (inferior a um ano) do que pelo formato: trabalho de intervenção direta junto aos moradores e moradoras e mediação dos próprios processos de reassentamento. Nesse caso, não se tratou de entrevistas, mas sim de observação etnográfica e vivência junto às populações atingidas.

O Jardim São Carlos se situa no extremo leste do município de São Paulo, no distrito de Guaianazes, que tinha, em 2010, população aproximada de 165 mil habitantes (São Paulo, 2017). O Jardim Gaivotas, por sua vez, situa-se no distrito do Grajaú, extremo sul da capital paulista e, em 2010, a população aproximada era de 361 mil habitantes (São Paulo, 2017). Ambos os distritos marcados por grande precariedade urbana, expressa por indicadores, como: baixos índices de desenvolvimento humano, grande proporção de área urbanizada ocupada por assentamentos irregulares, alta proporção de domicílios não ligados às redes de esgoto (PMSP/CEBRAP, 2008).

Tanto o Jardim São Carlos (zona leste) quanto o Jardim Gaivotas (zona sul) constituem a expressão mais recente do processo de expansão urbana periférica que marca o crescimento das grandes e médias cidades brasileiras, expulsando os pobres para áreas periféricas de baixo valor imobiliário – ocupações toleradas pelo Estado como opção habitacional diante da insuficiência das opções formais (públicas e/ou privadas) de acesso à moradia.

Em cada um desses bairros paulistanos os processos de remoção forçada relatados neste artigo atingiram aproximadamente cem famílias, de acordo com informações levantadas nas pesquisas de campo na época. Em Guaianazes, a remoção se deu por meio de um processo de reintegração de posse promovido por ator privado, um grileiro de terras que se alegava representante dos

proprietários da área e entrou na justiça pedindo a reintegração, em processo arbitrário e repleto de interditos nunca esclarecidos (Silva, 2011).

No Grajaú, a remoção ocorreu pelo poder público municipal, em ação de proteção ambiental (por se tratar de áreas de mananciais) incidente sobre as famílias ditas recentes no local (menos de um ano de moradia) (Teixeira e Silva, 2016). A despeito de as ações serem promovidas por ator privado ou público, em ambos os casos chama atenção a semelhança nas lógicas utilizadas e nos efeitos causados: a violência que marca os processos de remoção e a produção de desabrigados.

Visando ampliar o campo de experiências aqui relatadas, abordamos, ainda que de forma mais circunscrita, o reassentamento de famílias ribeirinhas do município de Altamira (Pará) por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em que se previa até o final da obra (esperada para 2019) o reassentamento de mais de vinte mil pessoas (Souza *et al.*, 2018). Em 2015, a população aproximada de Altamira era de 108 mil habitantes. A construção da Usina Hidrelétrica na região causou importantes impactos sociais, territoriais e ambientais, tornando o município o mais violento do país em 2015 (IPEA e FBSP, 2017).

Como estudiosa dos temas de habitação popular e direito à cidade, acompanho os processos desde o ano 2000. Ao longo do período escutei narrativas que descrevem os processos múltiplos pelos quais populações de baixa renda acessam seu direito de morar, diante de horizontes estreitos de expectativas de inclusão urbana, seja em termos habitacionais ou ocupacionais. Ouvi narrativas que exemplificam as relações tensas com agentes da gestão pública; relações que, não raro, tornam-se responsáveis por violação de direitos (Silva e Rodrigues, 2017; Teixeira e Silva, 2016); sobretudo ouvi narrativas que nos levam a entrever as múltiplas camadas de experiência que envolvem investimentos pessoais, riscos, expectativas, sofrimentos, apostas e contornamentos na busca de um espaço onde se estabelecer.

A proposta deste artigo consiste em visibilizar as experiências que essas narrativas comportam. Narrativas que carecem, para seu bom entendimento, de interpretação sociológica que torne visíveis os sentidos e elementos simbólicos dos processos descritos, ocultados pela grande narrativa da “irregularidade urbana”. Para isso usamos o conceito benjaminiano de *experiência* e o de elaborações teóricas da história oral (Pollak, 1989; Portelli, 1993). Propomos pensar tanto a constituição de experiências ancoradas no espaço quanto o evento da remoção como destruidor dessas experiências.

A noção de *experiência* inspirada em textos de Benjamin, como “Experiência e Pobreza” (1987a) e “O narrador” (1987b), é aqui compreendida como

conteúdo do vivido, algo construído ao longo do tempo, tecido pelas vivências individuais e que se converte em patrimônio desse indivíduo. Algo passível de ser transmitido, comunicado como experiência válida e valorizada, e que possa ser apropriado não somente por quem a escuta, mas pelo próprio coletivo do qual faz parte. Por sua vez, elaborações teóricas da história oral permitem evidenciar, por meio das narrativas, a qualidade processual pela qual se tece a história urbana e resgatar seu caráter polifônico, o qual se contrapõe à visão que a tomaria como processo monolítico ou definitivo.

Mas, por que discutir as remoções com base nessas abordagens?

O tema das remoções tem sido trabalhado na sociologia urbana e disciplinas correlatas (urbanismo, planejamento territorial, políticas públicas), recuperando-se os mecanismos socioeconômicos produtores da ocupação e as desigualdades urbanas e abordando as remoções como expressão extrema do tratamento dado a essas desigualdades. Todavia, apesar de sua grande importância, muitas vezes, esses estudos negligenciam dimensões primordiais do fenômeno: de um lado, a experiência e o sentido simbólico da ocupação; de outro, os efeitos produzidos pelo ato da remoção na vida e na subjetividade dos moradores. A categoria de “morador irregular”, ou “removido”, por vezes torna invisível os sentidos simbólicos e as experiências de vida materializadas na ocupação e violentamente interrompidas pelo ato da remoção forçada.

O artigo resgata as narrativas dessas experiências visando tirar do anonimato os chamados “invasores”, ou seja, pessoas de vidas precárias, homens e mulheres sem fama, dos quais apenas se tem notícia porque neles tocou o poder, em maior ou menor medida, corporificado pelo Estado (Foucault, 2003). Dessa forma, ao trazer as narrativas desses homens e mulheres, lançamos luz as experiências tornadas invisíveis de tanto que já se tornaram banais na história das grandes cidades brasileiras.

De *sujeitos agentes*, produtores de suas vidas e empenhados na construção de melhores condições de vida na cidade, o ato da remoção os transforma em *sujeitos sujeitados* aos desmandos de outrem, seja do Estado diretamente, seja do ator privado fazendo uso do aparato policial. O resgate de sua condição de *sujeito agente* se dará por meio da luta pela recomposição da situação anterior, o retorno ao lugar de onde foram retirados ou a reparação, por parte do agente público, ao dano causado. Então, o esforço desses moradores e moradoras será o de reconstruir sua história (e sua experiência) apoiados nos pedaços a que esta foi reduzida pelo ato drástico da remoção.

Assim, recuperamos eventos e narrativas das três localidades em questão, tomados em fragmentos que se complementam, iluminados e aproximados

pelo conceito benjaminiano de *experiência*. Partindo do entendimento de que as ações voltadas à gestão dos territórios em que vivem populações de baixa renda fraturam e desautorizam as experiências dessas populações, visamos recuperar, por meio das narrativas dos(as) moradores(as) e observação etnográfica, elementos pelos quais essas experiências são construídas e por meio dos quais podem (ou não) ser recuperadas.

Subjaz a essa abordagem uma dupla filiação às reflexões de Benjamin: a experiência urbana moderna vista sob a “ótica dos marginalizados e desclassificados” (Bolle, 2000) e a aposta na potência política e curativa da narrativa (Gagnebin, 2009), contada, nesse caso, por sujeitos anônimos cujos destinos as pesquisas e sua escrita iluminam.

O texto se divide em três partes. Na primeira, discuto a ocupação como a constituição de uma experiência no território. Em seguida, abordo a quebra de experiência ocasionada pelo evento da remoção. Por fim, observo as formas de reapropriação e reconstituição de uma experiência quebrada que, no entanto, pode se fazer discursiva ou praticamente pela mobilização ou pela ressignificação dos novos espaços para onde moradores(as) removidos(as) são levados(as).

TERRITÓRIO E EXPERIÊNCIA

“Há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza. Esse relacionamento cria vínculos que as mudanças abalam, mas que persistem em nós como uma carência” (Bosi, 1994: 451).

Os bairros de constituição recente e irregular, pelo próprio tempo de estabelecimento dos moradores no local, divergem em muito das periferias consolidadas e seus relatos “épicos” sobre seu processo de formação e consolidação (Telles, 2006). As periferias consolidadas têm hoje o relato da história que levou ao processo de consolidação: luta por regularização fundiária, estabelecimento dos serviços urbanos básicos, lutas por equipamentos públicos, por exemplo, creches, escolas, postos de saúde. Tudo isso fruto de reivindicação e mobilização constantes e persistentes de seus moradores e moradoras.

Hoje, nas franjas desses bairros crescem as ocupações recentes e em condições urbanísticas muito mais precárias do que as primeiras. Espaços mais distantes das ofertas de emprego e serviços a impor maiores dificuldades de mobilidade urbana cotidiana, precárias condições de urbanidade, adensamento populacional e persistentes conflitos fundiários (Torres, 2005). A expansão

periférica irregular sempre ocorreu no jogo de tolerância e intolerância da gestão pública. Solução habitacional informal (e consentida pelo Estado), diante de um quadro de insuficiente provisão habitacional pública ou de acesso ao mercado formal de moradia popular.

Porém, a condição irregular desses espaços os torna vulneráveis e sujeitos aos interesses econômicos que atravessam a estruturação de grandes cidades como São Paulo (Rolnik, 2015), seja em condições em que se tornam obstáculo para expansão imobiliária (Fix, 2001); seja porque passam a ser vistos como ameaça ambiental (Teixeira e Silva, 2016); ou ainda porque se localizam nos eixos de expansão de grandes obras e empreendimentos (Azevedo e Faulhaber, 2015). Esses espaços tornam-se objeto fácil de grileiros e demais agentes de má-fé (públicos ou privados), os quais originam litígios e conflitos fundiários cujo desfecho extremo será a remoção.

Remoção que impede ou interrompe a constituição de uma experiência ancorada no território pelo estabelecimento progressivo no bairro. Mas quais são as narrativas dos moradores desses espaços? De que experiências elas falam?

Vejam narrativas em torno do Jardim Gaivotas, zona sul de São Paulo. Minha aproximação com os moradores do bairro se deu quando eles já haviam passado pelo evento da remoção. As entrevistas aconteceram em seus novos locais de moradia, nas imediações do bairro de que tinham sido removidos, e somente depois conheci o bairro onde os eventos tinham se passado. Tive um estranhamento ao chegar ao Jardim Gaivotas, pois em minha percepção o vi como um lugar muito precário, do ponto de vista urbanístico, e contraposto às narrativas dos moradores removidos, que me levaram a supor um lugar mais ameno. Os moradores e moradoras não descreviam o bairro de forma idealizada, mas tampouco deixavam transparecer a precariedade do local, algo que chama a atenção de quem chega: ruas de terra, escombros, fios soltos das ligações irregulares de luz, adensamento dos lotes, com pequenas casas de cômodos ligadas por escadas muito íngremes e corredores estreitos, escuros, úmidos. Antes, suas narrativas eram preenchidas pela descrição de seu acesso às casas onde moravam, a vida que levavam ali e a reafirmação do sentimento de injustiça pelo ato da remoção.

“Onde eu morava tinha um quintal grande onde eu criava galinhas, tinha pé de fruta. Ali eu passei os melhores momentos da minha vida” (Silvana, Jardim Gaivotas)⁴.

4 A fim de preservar as identidades, conforme protocolo seguido pelas pesquisas, os nomes dos entrevistados foram alterados.

“Meu terreno era grande, maior que o das outras famílias. Eu tinha plantação, vivia disso” (Davi, Jardim Gaivotas).

Vargas (2017) notou um fenômeno semelhante nas narrativas de moradores(as) removidos(as) de áreas de risco, em que se percebe, afirma a autora, “certa disposição em interpretar ‘seus Lugares’ não a partir da ênfase em possíveis carências ou irregularidades existentes — ainda que possam ser objetivadas e componham seu quadro de vulnerabilização —, mas nas vinculações materiais e também simbólicas já criadas” (Vargas, 2017: 114). Disso não se deve entender, registra a autora, que os(as) moradores(as) de áreas vulnerabilizadas ignorem as condições precárias em que vivem. É preciso considerar que a vida dessas pessoas é atravessada por variadas privações e adversidades, em que a condição de precariedade da casa é apenas uma delas: “Então, não se trata da negação desses fatores, como se pode num primeiro momento inferir, mas de sua secundarização” (Vargas, 2017: 111).

Na narrativa dos moradores e moradoras do Jardim Gaivotas, parte dos sentidos simbólicos da casa se explicitam pela descrição do processo que levou a sua consecução. Outra parte dos sentidos aparece quando falam a respeito do que foi destruído pelo ato da remoção.

Da moradora Silvana (empregada doméstica, então com 33 anos), removida do Jardim Gaivotas juntamente com o marido e três filhos pequenos, escutei relatos quanto a uma casa ampla, com quintal, onde criava animais e cultivava árvores frutíferas. Descrição de uma vida quase idílica, difícil de imaginar na observação “fria” do bairro, com ruas de terra, asfalto precário, entulhos e restos de materiais de construção. Percepção positiva condensada nas frases que descrevem a casa perdida pela remoção: “um abrigo para os filhos”, “passei ali os melhores momentos da minha vida”. Condição que ela não enxergava na casa de aluguel onde morava na época da entrevista.

A consecução da casa, independentemente de sua condição jurídica, é tida como *possibilidade de estabilidade e de uma vida mais segura*. Marca o ponto de chegada de uma trajetória habitacional descrita como incerta e precária. Incerteza marcada pela obrigação do pagamento regular do aluguel, contraposto aos rendimentos irregulares do trabalho. Precariedade marcada pela moradia de favor, na casa de amigos ou parentes, atravessada de humilhações e abusos de toda ordem. Conseguir a casa própria representa pôr fim a essas incertezas e a possibilidade de construir uma vida com mais autonomia, como relata Silvana: “então minha vida foi assim, de uma casa pra outra, de uma casa pra outra... por causa da desestruturação familiar”.

A ausência de referências fixas, projetada na família, confunde-se e completa-se pela mudança constante de casa, ambas compõem o relato de uma vida incerta, condição que Silvana não quer ver repetida pelos filhos: “eu passei por muita coisa difícil, que eu não quero que meus filhos passem”. Assim, a *estabilidade* é pensada em relação às mudanças constantes de residência, marcadas por dificuldades, como a resistência de proprietários em alugar casas para famílias com crianças pequenas, ou o fato de a mudança obrigar a ir para longe das referências conhecidas (serviços e redes de apoio familiar, religioso, comunitário) e dos serviços públicos, como a escola dos filhos.

Desse modo, a experiência da consecução da casa é vivida como a *segurança* dada pela percepção de possuir “algo seu”. A insegurança jurídica da posse, condição objetiva da casa a que esses moradores e moradoras acessam, é invertida pela segurança subjetiva dada pela moradia “própria”, não sujeita, portanto, às exigências do aluguel, à possibilidade do despejo em caso de não pagamento, à necessidade de ter que buscar, a qualquer momento, outra casa para morar. A casa própria é percebida e sentida como ponto de ancoramento e abrigo, possibilidade de autonomia.

Daí que os planos de Silvana para recuperar tudo isso passem obrigatoriamente pela aquisição de uma nova casa, em substituição àquela destruída no processo de remoção. Somente a casa própria torna-se capaz de representar o lugar seguro para criar os filhos, podendo inclusive converter-se em futura herança:

“Eu quero guardar pelo menos um pouco desse dinheiro [recebido da municipalidade como aluguel social] porque eu quero comprar outra casa, pra os meus filhos terem um lugar pra viver (...)” (Silvana, Jardim Gaivotas).

As formas de consecução das casas num bairro de formação irregular são muito diversas, compondo atravessamentos, compra, troca, ocupação pura e simples, revenda. A forma como os moradores e moradoras descrevem a aquisição da casa os situa como *sujeitos agentes*, autônomos, capazes de adquirir “pelo próprio esforço” um bem de grande importância. É frequente nos relatos a ênfase na aquisição pelo dinheiro, proveniente de trabalho duro e contínuo, de modo a legitimar a aquisição, realizada em condições de flagrante (e sabida) irregularidade. A casa própria é percebida como *conquista* de um sujeito que, a despeito de todas as adversidades, fez, construiu, comprou.

A descrição das negociações para aquisição do imóvel, a ocupação sem conhecimento acerca do verdadeiro proprietário, revela atos de *contornamento das regras* como possibilidade ativa de consecução de um bem dificilmente alcançável por outros meios. Em quase todas as narrativas inexistiu o discurso

de vitimização ou responsabilização de um outro, qualquer que seja, pelo ato da ocupação irregular. Comprar ou ocupar o imóvel, diante das difíceis condições de acesso habitacional para famílias pobres, é tido como uma *oportunidade* que o(a) morador(a) não pode e não deve perder se quer oferecer melhores condições de vida para a família:

“O dinheiro consegui trabalhando de domingo a domingo como diarista em casa de duas famílias nos Jardins. (...). Uma casa de 2 cômodos com um banheiro, e uma área de serviço. Era cimentado o chão, e telha. (...) Aí, onde era a lavanderia eu construí um cômodo, *eu comprei blocos, tudo, e meu marido final de semana construiu. Eu também ajudei, pus a mão na massa, levava bloco. Todo mundo ajudou*” (Silvana, Jardim Gaivotas).

“Eu sabia sim [que o terreno era irregular]. Eu não vou falar pra você que eu sou uma pessoa inocente, que eu ‘oh, né? ‘nossa!... Mas eu não esperava que tomava essa proporção toda (...). Eu pensava o seguinte: ‘apareceu uma *oportunidade* na qual eu tava esperando e eu vou agarrar ela com unhas e dentes. É minha moradia, eu não tenho alternativa, tenho 2 filhos pequenos, eu não tenho uma morada, eu tô numa casa emprestada, que não é minha, e a qualquer momento eu posso ser retirada daqui. Então o que que eu vou fazer?’ Eu tô no meu lar. *Aí eu me senti numa casa. Independente...eu investi tanto que eu não imaginava*, que eu não pensei por esse lado aí (...)” (Inês, Jardim Gaivotas).

O evento da remoção desloca o discurso dos moradores da condição de sujeitos ativos, agentes de sua história, para o de condição de “coisa” (remoção se faz de coisas, de algo indesejável), ou de *sujeito sujeitado*. A remoção interrompe um processo de constituição de experiência no território, construída pela aquisição da casa e de um espaço com possibilidade de estabelecimento definitivo, em contraposição à condição errante e incerta do aluguel. Adquirir o terreno, construir uma casa, oferece aos(as) moradores(as) a possibilidade de um enraizamento, da constituição de uma experiência situada. É esse processo que a remoção interrompe. Portanto, será preciso se reapropriar de suas próprias narrativas, construir nova experiência, o que será feito pela resistência e pelos enfrentamentos vários que se seguirão o ato da remoção.

Especialmente quando chegam ao local apenas com família, sem movimento organizado de ocupação, o que se tem inicialmente são *experiências privadas* de chegada ao bairro. Elas compõem um conjunto de percursos semelhantes que dão conta de um destino comum, ou coletivo, mas ainda não percebido ou

sentido como tal. O ato da remoção interrompe a possibilidade de constituição e ampliação de uma *experiência coletiva* pelo enraizamento progressivo no território e pelo estabelecimento de redes de vizinhança.

Por vezes, a constituição de uma efetiva experiência coletiva apenas vai se fazer na luta pelo retorno ao local (como ocorreu no Jardim São Carlos), ou pela exigência de algum tipo de reparação aos(às) moradores(as), quando eles se juntam e percebem sua condição comum, por parte do poder público (caso do Jardim Gaivotas). Contudo, para que isso aconteça, antes eles terão que superar divergências internas, estabelecer alianças, conseguir acessar (e ser ouvidos) pela gestão pública. Será necessário, antes de tudo, superar o trauma causado pelo ato violento da remoção. Desejar falar, em vez de esquecer.

REMOÇÕES E QUEBRA DA EXPERIÊNCIA

“Ter um passado, eis outro direito da pessoa que deriva de seu enraizamento. Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças” (Bosi, 1994: 443).

Segundo Benjamin, por definição a experiência é algo comunicável, capaz de ser transmitida ao outro “como um anel, de geração em geração” (Benjamin, 1987a). Algo que se transmite como um patrimônio de que o narrador se apropriou pelo vivido e que pode ser incorporado à experiência daquele que ouve. Há mesmo uma dimensão utilitária nessa comunicação: quem ouve o relato tira dele lições para a sua própria vida (Benjamin, 1987b).

Trabalhando o conceito de experiência na figura do narrador, Benjamin (1987b) afirma que “o narrador retira da experiência o que ele conta (...) e incorpora as coisas narradas à experiência de seus ouvintes” (Benjamin, 1987b: 201). Portanto, o intercâmbio torna-se fundamental: a experiência é algo que se pode transmitir, de pessoa a pessoa, como nos tempos antigos se fazia entre o mestre e o aprendiz (Benjamin, 1987b).

No entanto, esse movimento mostra-se impossibilitado no momento em que a experiência é desmoralizada, tal como ocorreu com os combatentes da Primeira Guerra Mundial, afirma Benjamin (1987a). Os combatentes voltaram silenciados, sem nada a ser transmitido. As publicações posteriores, retratando os horrores da Guerra, tampouco se mostraram capazes de fazer desses fatos uma experiência a ser incorporada pelos que a ouviam. Isso porque a experiência

vivida nos campos de batalha foram “radicalmente desmoralizadas” (Benjamin, 1987a: 115): delas não há o que transmitir, o que possa ser incorporado à experiência daquele que ouve. Os combatentes retornaram dos campos de batalha pobres de experiência, enquanto experiência comunicável⁵ (Benjamin, 1987b).

Portanto, a experiência assenta-se na apropriação do vivido, patrimônio de quem a viveu, e se realiza inteiramente na transmissão ao outro, que vai conservá-la, resignificá-la, apropriar-se dela, (re)transmiti-la (Benjamin, 1987b). A experiência se constrói no tempo e no espaço: o viajante que conta o que viu, “quem viaja tem muito o que contar” (Benjamin, 1987b: 198), ou o homem que estabelecido num espaço sabe contar dele, “conhece suas histórias e tradições” (*idem, ibidem*).

O conceito nos ajuda a pensar os percursos habitacionais trilhados pelos sujeitos desse texto até seu estabelecimento nos bairros de onde serão retirados. Pode-se dizer, utilizando os termos de Benjamin, que o evento da remoção *desmoraliza a experiência* de moradores e moradoras, tratados como “invasores”, “ilegais”, e que, portanto, nada têm a transmitir. Suas experiências de estabelecimento nos bairros perdem a validade e com isso não são passíveis de serem narradas como algo significativo ou apropriadas pela própria pessoa como algo digno de ser contado (Benjamin, 1987b).

A quebra de experiência representada pela remoção opera por diferentes meios que se combinam: a) inicialmente, o silêncio produzido pelo trauma; b) a desvalorização e deslegitimação da fala do morador, classificado como “invasor” e com isso deslegitimado até para verbalizar sua própria defesa; por fim, c) a desvalorização da experiência pregressa de aquisição do terreno e da casa (ou o despojamento de um patrimônio comunicável, para usarmos os termos benjaminianos) e o assujeitamento do morador à condição de desabrigado, desalojado, sem lugar.

O evento da remoção, dada a violência empregada pelo aparato oficial de uso da força, gera efeitos destrutivos como a derrubada das casas e a expulsão imediata dos moradores. Evento frequentemente descrito por quem o viveu pela metáfora da guerra:

“A cavalaria... aqueles pelotão de choque passava pra lá e pra cá, ‘aqueles rastreador’... menina, tudo o que você imagina de polícia aqui dentro tinha, *era pior do que um campo de guerra isso aqui*” (Silmara, Jardim São Carlos).

5 Para o autor, a pobreza de experiência não se limita à experiência da guerra mas à própria modernidade, momento histórico em que “as ações da experiência estão em baixa” (Benjamin, 1987b: 198) pela aceleração do tempo, que não permite que estas se assentem, e pela própria desvalorização do passado, onde essa experiência se forma.

“Onde a gente morava só tinha uma entrada (...). Então a gente pegou tudo que podia: colchão velho, cadeira velha, pneu, fizemos uma barricada antes deles chegarem (...). Quando eles chegaram colocamos fogo, ficou sem entrada. Eles tinham o quê? trator e carro, eles não podiam atravessar o fogo, eles tiveram que acionar o bombeiro (...). E aí começou aquela coisa, nós tentamos impedir que eles entrassem até às 8hoo da manhã (...). Eles conseguiram entrar pela escola, eles não conseguiram entrar pela rua! Os primeiros que entraram foram os da CGM (Guarda Civil Metropolitana), com bomba de gás, com cassetete, foram os primeiros que conseguiram entrar e conter a gente (...). (...) E aí começou aquele inferno (...) Chamaram o bombeiro, o bombeiro veio e apagou. Mas antes do bombeiro chegar a gente já se preparou: muita gente com pau, com pedra, era tudo ou nada, *virou uma verdadeira guerra, a gente lutando por aquilo que a gente acreditava que era possível de acontecer e eles com a verdade deles. Nós ficamos irracionais, todo mundo, tanto a gente quanto eles (...). (...) A gente começou a gritar ‘Cada um pra dentro da sua casa e ninguém sai, eu quero ver como eles vão tirar’ (...). Cada morador entrou pra sua casa e eles entraram com aquele grito de guerra. Tinha máquinas que eu nunca vi, maiores que essa casa aqui...(.)* (Irene, Jardim Gaivotas).

“(...) e minha mãe ficava ouvindo o barulho do helicóptero, aquela confusão toda, que parecia o fim do mundo né, uma coisa terrível, que eu imaginei que eu ia sair dali morta, eu não imaginava sair dali viva, porque assim, a gente ficou tão acuado aqui dentro de casa que assim... os aviões (sic) eles tremiam tanto assim...que a casa era de telha, tremia tanto dentro de casa que parecia que ... sabe, e polícia pra todo canto, era pior que bandido, porque era tropa de choque, era cavalaria, era isso era aquilo, era tanta coisa assim, que parecia que a gente tinha feito uma coisa tão grave, mas tão grave que ia matar todo mundo aquele dia, e quem tava aqui dentro não podia sair, quem tava fora não podia entrar, era assim...” (Vanda, Jardim São Carlos).

Em 2000, a moradora Silmara (costureira, aproximadamente 50 anos na época da pesquisa), narradora da primeira das falas anteriores, foi removida do Jardim São Carlos, junto com mais de cem famílias (Silva, 2011), o marido e os três filhos, sendo um adolescente e duas crianças (gêmeas), com idade aproximada de dez anos. Um ano mais tarde, no momento em que ela relatava o evento da remoção, a família já estava de volta à casa reconstruída no mesmo local. Ao ouvir a descrição da mãe, um dos filhos se retira da sala, chorando, o que

nos levou a interromper o relato, evidenciando, na figura da criança, os efeitos do trauma sofrido.

Silmara, por sua vez, engajada na luta política dos moradores pelo retorno ao local e pela regularização jurídica da área, narra o ocorrido sob a lente da luta e da reparação. Os vários encontros que estabelecemos ao longo dos anos fez também que os relatos fossem se resignificando, deslocando-se da descrição dura da remoção para a narrativa da expectativa em relação a sua reparação, corporificada na prometida regularização fundiária da área:

“Aí, antes de entrar os cinco anos já entra o processo da regularização, entendeu? Sem acabar o processo da desapropriação [solicitado pela Prefeitura], não pode entrar no processo de regularização” (Silmara, Jardim São Carlos).

Seu vizinho, Jair (motorista, 37 anos na época da pesquisa), outro dos moradores removidos do Jardim São Carlos, evoca os efeitos traumáticos produzidos pela remoção. Em flagrante desespero, conta que no momento em que a remoção começou não conseguiu tirar nada de dentro de casa, precisando da ajuda de vizinhos diante de sua incapacidade de ação:

“(…) afinal, tinha quase vinte mil reais empregado aqui. Falei: ‘seja o que deus quiser, eu não vou tirar nada. Pode deixar derrubar tudo. Perdi a cabeça, só tirei o meu filho de dentro de casa. O pessoal é que tirou as minhas coisas de dentro de casa. Eu não tirei. É doído... tem hora que não gosto nem de lembrar, quando vi as máquinas derrubando a minha casa, meu suor todinho aqui” (Jair, Jardim São Carlos).

Ao recuperar o episódio da remoção cerca de um ano mais tarde, a fala de Jair ainda era hesitante, atravessada de reticências: “não gosto nem de lembrar”. Mas, tal qual Silmara, seu engajamento no retorno dos moradores ao bairro e na regularização do lugar já surtia efeitos de uma reapropriação da narrativa. É sua esposa, Vanda (empregada doméstica, 32 anos), quem relata mais precisamente os efeitos emocionais e psíquicos vividos por Jair nos primeiros dias após o episódio:

“(…) meu esposo, ele chorava tanto... que eu achei que na época eu ia ser mais fraca que ele, mas meu esposo na época ele foi bem mais fraco que eu, então eu tinha que ser forte pra ajudar ele, ele entrou em crise de choro que ele chorava todo dia, quando ele pensava sabe, que ele tinha trabalhado tanto, tinha suado tanto (...)” (Vanda, Jardim São Carlos).

O despojamento da narrativa, elemento que opera na quebra da experiência dos moradores, faz-se não somente pela vivência do trauma, mas também pela desvalorização e pela deslegitimação da fala do morador, classificado como “invasor” pela gestão pública. De acordo com Pollak (1989: 04), “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”. Contudo, a primeira mediação possível dessa escuta, a gestão pública, a quem se reivindica a permanência no local, em vez de ouvir os moradores deslegitima suas falas, responsabilizando-os pelo evento sofrido, o efeito de sua condição de “invasor”, a quem cabe remover, mesmo que violentamente.

Condição explicitada por Irene, ao relatar seu diálogo com a agente pública no momento da remoção das casas no Jardim Gaivotas:

“A prefeitura dava uma opção pra você também: passagem pro Norte. Inclusive me fizeram essa proposta, a assistente social chegou pra mim, falou: ‘ô Irene, você não quer uma passagem pra sua terra de origem, pra onde você nasceu?’. Eu disse pra ela ‘eu nasci em Santo Amaro’” (Irene, Jardim Gaivotas).

A situação relatada por Irene (igualmente repetida por outros moradores naturais de São Paulo) expõe os julgamentos valorativos em jogo no ato da remoção. Os removidos são vistos como os indesejáveis da cidade, a quem se oferece a alternativa de voltar a uma suposta terra natal, ignorando (ou negando) que o morador tem origem na própria cidade. Tratado como um “outro”, o removido tem negado o seu pertencimento (legal e simbólico) ao município onde nasceu.

Ao tratar o morador como “invasor”, a gestão pública obnubila as relações sociais que produziram as condições de expansão irregular da cidade. Para além disso, não apenas despoja esse(a) morador(a) de uma fala legítima em sua própria defesa contra o ato violento da remoção, como quebra, deslegitima, destrói sua experiência pregressa como “patrimônio comunicável”, a saber: a aquisição do terreno, a construção da casa.

Aquilo vivido como construção de um lugar no mundo pelo próprio empenho é desvalorizado e criminalizado, fazendo da remoção a sanção esperada. O que poderia ser descrito como uma conquista (“riqueza” de experiência) reduz-se à criminalização (pobreza de experiência ou “experiências desmoralizadas”, em sentido benjaminiano). Ora, narrar implica que a experiência narrada seja vista como algo significativo (patrimônio comunicável). Se despojados disso, narrar o quê? Narrar para quem?

O ato da remoção violenta transforma os(as) moradores(as) de sujeitos de experiências em objeto da ação de outrem, seja ator público ou privado. Desapossamento. Assujeitamento. Objetificação. Os moradores e moradoras

removidos(as) são despojados de sua casa. E mais que isso: são despojados da fala/experiência em torno de sua aquisição e daquilo que se viveu nela. Adiante, a observação de que não se fez nada no lugar de onde os retiraram evidencia a desimportância atribuída pela gestão pública ao lugar e aos sujeitos, em contraste à importância dada por quem lá morava. Ou, mais que isso, faz pensar que as pessoas foram tratadas apenas como empecilho, algo a ser tirado da frente, apenas para “limpar” o caminho.⁶

Dessa forma, tanto quanto o apagamento dos vestígios físicos (a casa) também se opera o apagamento da experiência que conduziu a sua aquisição, momento em que o *sujeito que conta é sujeito agente* da própria história. A remoção acaba com a narrativa da aquisição da casa como conquista e experiência. Experiência passível de ser comunicada como uma história pessoal de conquista, de construção de alguma coisa, de estabelecimento (pelo próprio esforço ou com ajuda de outros) de um lugar no mundo. A remoção destrói essa narrativa. Assim, a única forma de resgatá-la é a revolta. Só a revolta tira de novo o “removido” do lugar de *assujeitamento* para reintegrá-lo à condição de *sujeito agente*, capaz de fazer a crítica, rebelar-se e exigir reparação, seja do ator privado (o grileiro, no Jardim São Carlos) ou do próprio Estado (Jardim Gaivotas).

Ao perceber seu próprio discurso como deslegitimado para apontar a injustiça do ato da remoção, a moradora Vanda (removida do Jardim São Carlos) apresenta em sua narrativa um outro agente, com legitimidade para fazê-lo. Não eram somente os moradores e moradoras removidos(as) quem denunciavam em seus atos e falas a injustiça do evento. Agentes das forças da ordem, presentes para realizar a derrubada das casas, também o reconheciam:

— O comandante chorando, perguntando pelo advogado...
 — O comandante chorava? [pergunta]
 — Chorava, como era injusto, tudo! ‘Cadê o advogado de vocês, cadê o advogado?’ O advogado veio aparecer aqui dez horas da manhã (...)”
 (Vanda, Jardim São Carlos).

Dizer que até o comandante do Batalhão da Polícia Militar chorava pelos moradores no momento da remoção significa denunciar a injustiça do evento por meio da fala (ou do gesto) de um outro, alguém tido como legitimado para fazê-lo. Para além da verdade do evento narrado, a fala de Vanda revela a insubmissão à

6 As reflexões em torno da ideia de “assujeitamento” e seu caráter destrutivo da experiência se inspiram nas elaborações de Jeanne Marie Gagnebin (1994) e suas reflexões acerca da obra de Walter Benjamin e a sujeição dos indivíduos às forças da técnica nas condições impostas pela guerra ou pela modernidade acelerada.

violência vivida e contorna o silenciamento imposto aos moradores(as), os quais, apontados como “invasores”, têm suas falas deslegitimadas pelos agentes executores da remoção. Assim, é o choro do comandante que denuncia a violência sofrida, uma vez que os moradores(as) não teriam legitimidade para fazê-lo.

Desse modo, por meio da violência física e simbólica, da deslegitimação da fala, da desvalorização de percursos vividos, podemos dizer que o evento da remoção produz como efeito o despojamento da experiência dos moradores e moradoras ou, em termos benjaminianos, produz pobreza de experiência. Porém, os efeitos desse evento não levam necessariamente à derrota definitiva das promessas contidas nas histórias de quem o viveu. A luta política travada após a remoção reabre um leque de caminhos possíveis no esforço de reinserir trajetórias apagadas na narrativa (oficial) da expansão urbana. A pobreza de experiência, afirma Benjamin, é capaz de gerar “uma nova barbárie” (Benjamin, 1987a: 115). Nova porque a experiência que resta, nesse caso, não se deixa derrotar, antes impele a construir algo novo:

“Pois o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda” (Benjamin, 1987a: 116).

Os relatos dos moradores e moradoras retratando os desdobramentos seguintes da remoção permitem pensar nesses termos.

A REAPROPRIAÇÃO DA NARRATIVA: DE OBJETO A SUJEITO

“Destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância do seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruídas, os jardins cimentados. Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada (...). Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas. Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas?” (Bosi, 1994: 452).

A reconstrução de uma experiência de *sujeito agente* e a reapropriação da narrativa por parte dos moradores e moradoras removido(as) podem ocorrer por diferentes meios: por vezes pela ação política aberta; por vezes pela resistência silenciosa.

A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte demandou que mais de sete mil famílias deixassem áreas às margens do Rio Xingu, na zona urbana do município de Altamira (PA), áreas sujeitas a alagamento para início da operação da hidrelétrica.⁷ Para isso transferiram moradores e moradoras das palafitas em que viviam e os dirigiram a conjuntos habitacionais edificados pelo consórcio construtor da usina em diferentes partes da cidade e a uma relativa distância do rio. A construção de uma das três maiores usinas hidrelétricas do mundo nos faz pensar na dimensão dos efeitos que ações do tipo podem ter no território (Vainer, 2007) e nas comunidades atingidas (Pereira, 2019; Zhouri, 2018; Magalhães e Cunha, 2017).

No caso de Altamira, a ação produziu efeitos claros na própria (re)organização da cidade: ampliação da área urbanizada; pressão nos serviços básicos de abastecimento de água, luz, internet que provocavam “apagões” recorrentes; multiplicação dos serviços privados, como as lojas de marcas e grifes destinadas a atender profissionais de média e alta renda chegados à cidade para a gestão das obras; multiplicação dos prostíbulos, serviço em alta na cidade, quando da folga e da saída dos alojamentos, pois passou a receber centenas de trabalhadores braçais empregados na construção da usina; aumento da população local, pressionando serviços públicos (já insuficientes), deteriorando as condições de saúde e segurança públicas. Eis alguns exemplos da alteração vertiginosa que alterou a cidade e a vida de quem nela mora.

Nesse sentido, o evento do reassentamento implica modos de vida desfeitos, como observei pela escuta e na vivência com a população atingida, entre os anos de 2013 e 2014. O rio Xingu se apresenta como referência material (para pesca e recreação) e simbólica (ancoramento de histórias e memórias) que determina tanto pela sazonalidade de suas cheias quanto pela imponência de sua paisagem e pela oferta do alimento (pesca) a estruturação de modos de vida profundamente ligados a ele. Esse é o aspecto negligenciado pelo saber perito que celebra a qualidade técnica dos conjuntos habitacionais de destino em detrimento do lugar de origem dos deslocados. Entretanto, o lugar de origem não consiste apenas na casa disposta no igarapé. Representa também a proximidade da casa com tudo o que é significativo no cotidiano dos(as) moradores(as): o trabalho, o comércio, os serviços, as redes de vizinhança. Por fim, o mais importante, a própria identidade de ribeirinho, cujas referências para descrever a si mesmo necessitam das referências físicas e simbólicas do rio. Tudo isso desfeito quando levados a morar num “bairro novo”, distante das referências primeiras,

7 Os números não incluem moradores de área rural e indígenas, largamente afetados pela obra. Optamos por usar aqui somente os dados das populações com as quais trabalhei diretamente.

e tornado muito mais distante pela inexistência de transporte público na cidade, até então pouco sentida.

Quando do reassentamento, moradores e moradoras levavam consigo restos de madeira dos barracos derrubados, reutilizando-os das mais diversas formas nos conjuntos habitacionais padronizados: construção de “puxadinhos”, cercas, “muros” para separar dos vizinhos, entre outros. A posse das madeiras das casas derrubadas, esbulho do que restou delas, objeto de reivindicação dos(as) moradores(as) junto às empresas responsáveis pelo desfazimento, mostra a um só tempo a dimensão do despojamento sofrido e a valorização atribuída ao material na edificação das novas casas.

Sintomático se mostra o fato de que diante da inevitabilidade do reassentamento parte das resistências dos moradores se expressasse na desconfiança em relação à segurança das novas casas, em modelo pré-fabricado, diante da força de chuvas e deslizamentos, enquanto as palafitas teriam sido construídas para resistir à força das águas do rio em seus períodos de cheia. Logo, a resistência se faz pela reafirmação de seus saberes tradicionais necessários à construção de casas tidas como resistentes à força do rio, em contraste com os saberes peritos dos engenheiros com suas casas pré-fabricadas.

Desse modo, frequentemente os(as) moradores(as) levavam consigo parte do material das casas antigas, incorporando-o ao desenho das novas. A resignificação das novas casas, a alteração de seus traços peritos por esses novos arranjos, convertiam-se numa espécie de resistência muda à nova condição habitacional que não escolheram. Nos seus moldes, a intervenção nas casas pré-fabricadas dava a estas identidade própria, numa espécie de luta dos moradores e moradoras “pela reconstituição das referências perdidas” (Vargas, 2017: 120), possibilitando apropriarem-se simbolicamente do novo espaço.

Voltando aos casos estudados em São Paulo, podemos dizer que a resistência também aconteceu de diferentes formas, ora mais e ora menos explícitas. Observamos a resistência, por exemplo, na reivindicação discursiva de alguns moradores e moradoras reivindicando para si de um lugar de protagonismo nos desdobramentos e lutas posteriores ao evento da remoção, visando obter a reparação do fato. De outro modo, a resistência aconteceu na mobilização política na qual se engajaram moradores e moradoras, descobrindo, ao longo do processo, um destino comum e produzindo uma experiência coletiva.

Se o evento da remoção lança moradores e moradoras ao assujeitamento e deslegitima sua fala, o resgate dessa fala se faz, não raro, por uma narrativa de protagonismo nos eventos posteriores, como que a realizar o resgate de sua dignidade violada. Assim podemos ler, por exemplo, a fala de Jair:

“(…) que a gente chegava junto, chamava a Globo, chamava a Record, e nós ‘saía’ mesmo, e botava a boca no trombone, e *não tinha medo mesmo não, não tinha medo*, e minha mulher chorava, ficava com medo de mim, eu falava – Vai fazer o quê? *tem que partir pra cima mesmo, nós não ‘pode’ ter medo*. Chamava a imprensa e nós ‘ia’, quando falava que vamos parar nós ‘parava’ mesmo, convocava tudo, tinha dia de chegar na Resolo [Departamento de Regularização do Solo, da Secretaria Municipal de Habitação] e parar, eles ‘tinha’ que nos atender, parava mesmo, não tinha esse negócio” (Jair, Jardim São Carlos).

A pretendida demonstração de força explícita na fala de Jair pouco revela do trauma pelo qual passou e ofusca a fragilização vivida como efeito do evento da remoção. O morador resgata, pela narrativa, a figura de um *sujeito agente* empenhado na cobrança e reivindicação da reparação do ato injusto. É a fala de sua esposa, descrevendo o comportamento do marido nas semanas que sucedem a remoção, que revela o jogo de identidades com que Jair relata seu lugar e seu papel após ter sua casa derrubada:

“(…) meu esposo ia trabalhar, ele chegava lá, ele chorava, ele não conseguia, e ele trabalhava com máquina, então tem que ter muita atenção, ele não conseguia trabalhar, aí o pessoal na época mandou ele vim pra casa, ficar um tempo em casa pra ver se ele melhorava pra conseguir trabalhar porque ele não conseguia, ele acordava de noite assim, ele tinha pesadelo, ele acordava gritando, e ele começava a chorar, chorar sem parar...” (Vanda, Jardim São Carlos).

A narrativa de Jair acerca de seu papel nos desdobramentos da remoção se dá por meio do que Assmann chama de “memória heroica” (Assmann, 2011: 276). A autora, estudando os efeitos do trauma vivido nos campos de concentração e a capacidade dos que o viveram de o narrarem, contrapõe a memória heroica à memória não heroica — sendo que a última exclui até mesmo a possibilidade da superação interpretativa do terror vivido (Assmann, 2011: 276). Ao enfatizar a coragem de seus atos nos desdobramentos pós-remoção, a capacidade de enfrentamento, Jair tenta recompor a dignidade desfeita pela experiência traumatizante e recobra seu lugar de agente dotado de autonomia.

Parte importante da vida profissional de Jair em São Paulo foi como condutor de tratores e máquinas da construção civil. Em serviços terceirizados, trabalhou para grandes construtoras dentro e fora da Grande São Paulo, na maioria delas em obras públicas. Ironicamente, numa das atividades em que atuou consistiu na remoção de favelas para a construção de conjuntos habitacionais construídos pelo governo do estado, na região do ABC Paulista. Jair fala dos conflitos

travados pelos moradores, da resistência de muitos em sair dos barracos (ele conduzia os tratores que derrubariam as casas desses moradores). Mais tarde, ao relatar os eventos, tendo então vivido, ele próprio, a experiência da remoção, sua narrativa sobre a atividade pregressa toma o tom da resistência, como se, já antes de viver condição semelhante, se solidarizasse com os removidos e tivesse o poder de intervir em seus destinos:

P: E você trabalhou nessa coisa de derrubar as favelas pra fazer Cohab, é isso mesmo?

R: É (...). Mas eu não derrubava não, os caras chegava, dizia ‘Ó, nós vamos fazer tal coisa’. Nós ia e quando chegava lá era pra derrubar casa, nós ia não! ‘Se quiser mandar embora pode mandar mas isso aí eu não vou fazer!’

P: Você conseguiu evitar isso?

R: Evitei muitos, muita derrubada, ali no Riacho Grande, no Santa Cruz, no Pai Herói, tudo eu evitei, eu dizia: ‘Não, quem quiser derrubar pode derrubar mas eu não vou.’

P: Eles achavam outras pessoas?

R: Achavam e iam fazer, aí às vezes o comandante queria reclamar comigo, eu dizia: ‘Não, se você quiser prender pode prender, mas derrubar eu não vou, quantas família tem aí e eu vou deixar na rua...Eu me recusava de fazer, aí ‘vinha’ outras pessoas e fazia (...).

P: Mas quando você fazia assim eles te colocavam em outro lugar pra fazer o quê?

R: Aí eles pegavam, eu pegava e ia embora, aí eu não ia mais ‘pr’aquela’ obra, eu ia pra outro trecho, ‘pr’aquela’ obra eu não ia, porque eu me recusava, eu ia pra outra, mas pra aquele setor eu não ia (...)” (Jair, Jardim São Carlos).

Difícilmente a atitude insubmissa relatada por Jair alterou, de fato, o destino dos moradores que seriam removidos. Isso porque, na sua ausência, outro profissional o substituiu para realizar o trabalho, evento que ele minimiza em seu relato. Mas aquilo que ele conta, ou a forma como o narra, expressa um esforço de resistência a uma situação percebida como injusta e injustificável. Ou, para usarmos os termos de Alessandro Portelli (1993), revela “o inconformismo com a realidade”, traduzido no conceito de “ucronia”. Segundo o autor, “as hipóteses ucrônicas permitem ao narrador ‘transcender’ a realidade dada e recusar a se identificar e se satisfazer com a ordem existente” (Portelli, 1993: 50). Para isso o narrador contrapõe hipóteses e desfechos alternativos ao ocorrido, os quais teriam sido capazes de alterar o desdobramento dos fatos.

O conceito de *sonhos ucrônicos* nos permite pensar a história como algo aberto, tirando-a do lugar de narrativa acabada e definitiva, pois considera, recupera e relata “a oportunidade perdida que teria feito eclodir uma história alternativa” (Portelli, 1993: 49). Exercício de “despertar no passado as centelhas da esperança”, diria Benjamin, resgatando nele suas promessas não cumpridas (Benjamin, 1987c: 224). No caso de Jair, sua narrativa revela a insubmissão à história tal qual se deu e mostra que ela *poderia ter sido outra*. O lugar profissional de condutor de tratores, que poderia destruir as casas de pessoas como ele próprio e não o fez (“evitei muitos, muita derrubada”), investe-o de um repertório alternativo, capaz de dar um sentido à sua biografia.

Para além dos desfechos concretos e observáveis, o que vale reter neste ponto é que o sonho (na forma de sonhos ucrônicos) integra o repertório de presente do entrevistado, orientando-o para uma luta. Assim, a um só tempo sua narrativa reabre o passado (que poderia ter sido de outro jeito) e o presente (que, orientado por esse sonho, o recompõe do trauma e abre a possibilidade para a luta).

As lutas dos moradores do Jardim São Carlos e do Jardim Gaivotas se deram de formas diferentes, atravessadas a um só tempo por injustiças nunca reparadas e por vitórias parciais. Mas o que se pode dizer dessas lutas é que se converteram num esforço implacável de reapropriação e reconhecimento da validade de suas trajetórias de moradia, seja em termos de um retorno ao bairro de onde foram removidos (Jardim São Carlos), seja em termos da reparação pública do desalojamento, oferecendo condições para um novo abrigo (Jardim Gaivotas).

Houve inúmeras divergências na luta travada pelos(as) moradores(as) do Jardim São Carlos para seu retorno ao bairro. Em suas narrativas, cada morador(a) admitia um protagonista, a depender de suas alianças internas e externas, com advogados, membros do legislativo municipal, lideranças locais, dentre outros. Ao final, a ordem judicial de remoção foi revista, situação jamais completamente esclarecida, mas que possibilitou aos moradores(as) o retorno ao bairro e a reconstrução (por conta própria) de suas casas. No momento em que finalizei o trabalho de campo (quase cinco anos após a remoção), os(as) moradores(as) aguardavam a regularização fundiária prometida pelo poder público municipal.

Por sua vez, os(as) moradores(as) do Jardim Gaivotas não conseguiram retornar ao bairro. Travaram luta pela consecução de aluguel social, conquistado meses depois do ocorrido, após período de abrigo provisório, protestos diante do prédio da administração regional e o suporte jurídico conseguido via Defensoria Pública (Teixeira e Silva, 2016).

Quanto aos(as) moradores(as) de Altamira, a dimensão da obra que produziu o deslocamento, uma das três maiores hidrelétricas do mundo, resulta numa

incontornável assimetria de poder: de um lado, a gestão pública e entes privados envolvidos na construção da usina; de outro, os moradores e moradoras. Assimetria cujos efeitos se traduziram no inevitável reassentamento. O quanto e como isso também produz o afogamento das memórias tecidas em torno do rio Xingu (Brum, 2018) é assunto que merece pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eventos narrados neste texto permitem abordar as experiências que se constituem na aquisição da moradia por populações de baixa renda como experiências ricas de sentidos e significados, ocultados ou invisibilizados, no conceito abrangente de “moradia irregular”. Diante de um cenário de provisão pública insuficiente e limitações financeiras ao acesso ao mercado formal, historicamente a ocupação irregular vem se constituindo numa das principais formas de acesso à moradia por parte dessas populações.

Ocupações que se desenvolvem no jogo de tolerância e/ou intolerância por parte do Estado, permitidas ou reprimidas, conforme se coloquem no caminho da valorização imobiliária, obras de grande porte, discursos ambientais e/ou de risco, sempre cambiantes. Áreas que de uma hora para a outra podem ser ameaçadas ou sofrer ações efetivas de remoção forçada, uma vez que a falta de regularidade as torna permanentemente vulneráveis.

Aqui visamos mostrar que o percurso de acesso à moradia, feito de maneira irregular, traça apostas, promessas, anseios, negociações, investimentos materiais e subjetivos, constituindo experiências significativas (no tempo e no espaço) que compõem o repertório dessas populações e suas histórias de vida. Ainda que não ignorem as condições de informalidade (e precariedade) em que vivem, a aquisição do lote ou da casa se apresenta na narrativa de moradores e moradoras como ponto de chegada de uma trajetória cuja incerteza de moradia representa uma das condições mais prementes de sua vulnerabilidade. Aquisição vivida como conquista, portanto.

Possibilidade de enraizamento e constituição de uma experiência no território: construção (material e simbólica) de um lugar no mundo, estabelecimento de vínculos, vivências individuais e coletivas. Mas o ponto de chegada é desfeito quando dos processos de remoção, lançando moradores e moradoras a uma condição de vulnerabilidade muito maior, num evento a se refletir nos arranjos práticos de modos de vida (destruição da casa e procura por um novo lugar para viver, ônus do aluguel) bem como na vida psíquica (trauma e perda de referências).

Nesse sentido, a remoção quebra a experiência (por vezes ainda em formação) no território ocupado. Experiência que moradores e moradoras se esforçam para reconstruir, de múltiplas formas, e das quais observamos exemplos nos enfrentamentos e reivindicações ou na assunção de um lugar de protagonismo nestes eventos. Trata-se da recusa ao *assujeitamento* promovido pela remoção e a recomposição de um lugar de sujeito ativo, que quer ter reconhecida sua fala e suas formas de aquisição da casa própria. E é nos embates travados que se passa de uma experiência individual de acesso à casa para a da experiência coletiva da luta por nela permanecer ou retornar.

As resistências, mais ou menos abertas, aos processos de remoção ou reassentamento, mostram o caráter polifônico da história urbana, as múltiplas vozes e experiências que a constituem, resgatando sua validade. Tais resistências também reabrem destinos alternativos que, de outro jeito, poderiam ser apagados, resgatando promessas interrompidas de inclusão na cidade, fazendo bater novamente à porta um passado que não se deixa derrotar (Benjamin, 1995).

Ao mesmo tempo, a escuta e a transmissão dessas narrativas mostram-se capazes não somente de evidenciar violações de direitos, e sim de mostrar as tentativas cotidianas de reescrever a história de um outro jeito: recusando a classificação externa (e conservadora) de ocupante ilegal (“invasor”) para resgatar os sentidos de luta e experiências individuais e coletivas presentes na ocupação do espaço fora dos marcos da legislação vigente.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, Editora da Unicamp, 2011.
- AZEVEDO, Lena e FAULHABER, Lucas. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro, Mórula, 2015.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas, vol. II. Rua de mão única: infância em Berlim*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- . Experiência e pobreza. In: *Obras Escolhidas, vol. I. Magia e Técnica, Arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987a, pp. 114-119.
- . O narrador. In: *Obras Escolhidas, vol. I. Magia e Técnica, Arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987b, pp. 197-221.
- . Sobre o conceito de história. In: *Obras Escolhidas, vol. I. Magia e Técnica, Arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987c, pp. 222-232.

- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo, Edusp, 2000.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- BRUM, Eliane. Belo Monte: memória afogada e as palavras cicatrizes. In: *TEDx Porto Alegre*, publicado em 24 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jF6wi49nSfM>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo, Boitempo, 2001.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003, pp. 203-222.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo, Perspectiva, 1994.
- _____. *Lembrar escrever esquecer*. 2. ed. São Paulo, Editora 34, 2009.
- IPEA e FBSP. *Atlas da Violência 2017*. Rio de Janeiro, junho de 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa e CUNHA, Manuela Carneiro da. (Orgs.). *A expulsão de ribeirinhos de Belo Monte: relatório da SBPC*. São Paulo, SBPC, 2017.
- PEREIRA, Tays Elane Barata. Os desenraizados dos grandes empreendimentos: análise do projeto de reparação da UHE de Belo Monte. Dissertação de mestrado, Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, 2019.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. São Paulo, v. 2, n. 3, Janeiro/Junho 1989, pp. 03-15.
- PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, Julho/Dezembro 1993, pp. 41-58.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo, 2015.
- SÃO PAULO (cidade). Dados demográficos dos distritos pertencentes às prefeituras regionais. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758>. 2017>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- SEPE, Patrícia Marra e GOMES, Sandra. Indicadores ambientais e gestão urbana: desafios para a construção da sustentabilidade na cidade de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente: Centro de Estudos da metrópole, 2008.
- SILVA, Eliane Alves da e RODRIGUES, Herbert. Legitimidade institucional e (des) ordem fundiária urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, v. 19, n. 1, pp. 31-47, Janeiro/Abril 2017. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/issue/view/123/showToc>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

- SILVA, Eliane Alves da. Ocupação irregular e disputas pelo espaço na periferia de São Paulo. In: CABANES, Robert et al. (Orgs.). Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. *Boitempo*, São Paulo, 2011, pp. 359-376.
- SILVA, Eliane Alves da e TELLES, Vera da Silva. Territórios em disputa: a produção do espaço em ato. In: TELLES, Vera da Silva e CABANES, Robert. (Orgs.) Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. *Associação Editorial Humanistas*, São Paulo, 2006, pp. 327-374.
- SOUZA, Douglas Pereira de e SILVA, Wanhinna Regina Soares da. (Orgs.). Desenvolvimento urbano e saúde pública: impactos da construção da UHE de Belo Monte. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Universidade Federal do Paraná, v. 46, Agosto 2018, pp. 154-173.
- TEIXEIRA, Alessandra e SILVA, Eliane Alves da. Conflitos fundiários urbanos e sistema de justiça: judicialização da política ou politização da justiça? *Mediações - Revista de Ciências Sociais*. Londrina, v. 21, n. 1, 2016, pp. 124-144.
- TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, Vera da Silva e CABANES, Robert. (Orgs.) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Associação Editorial Humanistas, 2006, pp. 69-116.
- TORRES, Haroldo. A fronteira paulistana. In: MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. *Senac*, São Paulo, 2005, pp. 101-119.
- VAINER, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, v. 9, n. 1, Maio 2007, pp. 09-23.
- VARGAS, Dora. Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. In: CARDOSO, Adauto Lucio et. al. (Orgs.). Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. 1. ed. *Letra Capital*. Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 2017, pp. 103-130.
- ZHOURI, Andrea. Megaprojects, epistemological violence and environmental conflicts in Brazil. *Perfiles Económicos*. Universidad de Valparaíso, n. 5, Julho 2018, pp. 07-33.

Recebido em: 17/01/2019

Aprovado em: 15/10/2020

Como citar este artigo:

- SILVA, Eliane Alves da. Ocupação irregular e narrativas: as remoções como apagamento da experiência. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, set.- dez. 2020, pp. 1403-1428.